

A relação inseparável entre o Regional e o Nacional: Monteiro Lobato e a *Paulistanidade*

DANYLLO DI GIORGIO MARTINS DA MOTA*

Resumo

Esse artigo tem como objetivo discutir a definição conceitual da idéia de *Paulistanidade* e sua presença na obra de Monteiro Lobato durante a década de 1920, sobretudo no livro *Mr. Slang e o Brasil* de 1927. A valorização do estado de São Paulo como lugar de modernidade e modernização se relacionou, a partir do final do século XIX, com a construção de imagens do estado paulista como símbolo a ser seguido pelo Brasil. Nesses debates, o trabalho de Monteiro Lobato acaba por expor a relação indissociável entre as esferas regional e nacional.

Palavras-chave: Intelectuais, Regionalismo, Primeira República.

Abstract

This article aims to discuss the conceptual definition of the idea of *Paulistanidade* and their presence in the work of Monteiro Lobato during the 1920s, especially in the book *Mr. Slang and Brazil* in 1927. The appreciation of the state of Sao Paulo as a place of modernity and modernization are related, from the late nineteenth century with the construction of images of the state of São Paulo as a symbol to be followed by Brazil. In these discussions, the work of Monteiro Lobato ends up exposing the inseparable relationship among the regional and national levels.

Key words: Intellectuals, Regionalism, First Republic.



* **DANYLLO DI GIORGIO MARTINS DA MOTA** é Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (GO) e do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG.



Introdução

O ambiente intelectual da década de 1920 apresentava o conflito entre diversas ideologias regionalistas e, simultaneamente, o acirramento das tendências nacionalistas. À diversidade cultural verificada nas várias regiões brasileiras somou-se o acirramento dos conflitos políticos entre grupos que dominavam a política nos estados. O predomínio econômico dos grandes produtores rurais, bem como seu domínio do campo político e da condução dos negócios públicos, possibilitou também o surgimento de uma elite intelectual dependente da assistência do Estado e que se tornou responsável pelo aparato ideológico de sustentação do poder desses grupos.

Em São Paulo, houve o predomínio de intelectuais emersos dos grupos oligárquicos ligados à produção cafeeira (MICELI, 2001). Esses grupos oligárquicos buscavam, ao longo do período republicano, sua afirmação no controle da política nacional como uma extensão do domínio conquistado em âmbito estadual. Para alcançar esse objetivo, o trabalho da elite intelectual

foi de fundamental importância. Por meio do jornalismo e da literatura, principalmente, buscou-se construir a imagem de um estado grande, herdeiro de uma tradição nobre, com um povo valoroso e que tinha na produção cafeeira sua grande realização. Por meio dessas ideias, afirmava-se o domínio de sua elite política, com a demonstração da pujança econômica que caracterizava o estado.

Entendemos como elite intelectual uma “fração dominante especializada no trabalho político, técnico e cultural”. Sérgio Miceli aponta o magistrado, o general, o jurista, o médico, o engenheiro, o jornalista e, sobre todos, a classe de estudantes como grupos que compunham essa elite intelectual. Essa indicação faz jus à importância crescente dos conhecimentos especializados, que coincidem com o surgimento de novas escolas superiores no Brasil. Contraditoriamente, o desemprego que atinge os bacharéis, durante a década de 1930, devido à concorrência das novas áreas, surgidas com as novas instituições superiores, afina-se, também, com a derrocada do poder oligárquico e com a organização de novas instituições políticas que visavam apoderar-se do Estado. Essa elite composta por diversos grupos profissionais capazes de fazer valer seus interesses no interior da classe dirigente, afasta-se de uma concepção de elite como “classes superiores” (MICELI, 2001: 92), tomando como caráter de definição o domínio de saberes e conhecimentos específicos e não apenas a questão do nascimento, apesar desse componente continuar tendo grande importância na delimitação desse grupo.

Segundo Sérgio Miceli, os intelectuais desse período são sempre originários da oligarquia, tendo dois tipos de capital a serem usados para sua afirmação no

campo intelectual: o capital financeiro e o capital das relações sociais e da honrabilidade. O uso desse “capital de relações sociais” é usado, sobretudo, pelos “parentes pobres” da oligarquia, nos casos em que ocorre uma perda considerável como a morte do chefe de família ou mesmo a dissolução do capital financeiro. Nesses casos o intelectual precisa recorrer ao capital de relações pertencente à sua família no interior da oligarquia para conseguir um lugar de destaque no campo intelectual, trabalhando para a afirmação do poder desse mesmo grupo oligárquico (MICELI, 2001: 22-23).

Considerando os importantes passos dessa elite oligárquica e sua relação com o governo central e os projetos para o Brasil, além da ciência quanto ao lugar ocupado por Monteiro Lobato, analisamos, neste texto, as possíveis relações entre as ideias desse autor presentes no livro *Mr. Slang e o Brasil* e o conteúdo de uma ideologia característica do regionalismo paulista denominada *Paulistanidade*.

A idéia de Paulistanidade.

O termo *Paulistanidade* é aqui tomado como um conceito, considerando que um “conceito” é algo a que recorremos para identificar, de forma geral, um significado atribuído a dada “realidade” (que tem tempo e lugar). Ao aludirmos à *Paulistanidade*, estamos referenciando um conjunto de ideias e representações sociais que demarcam também as expectativas de um grupo que pretendeu afirmar a supremacia paulista – afinal, essa é a primeira identificação associada ao uso do referido termo. Se, tal como sugerido, partirmos do pressuposto de que um conceito é a tentativa de identificação e de incorporação de significado ao “real” (que não é palpável), não nos parece incorreto buscarmos uma definição para

Paulistanidade que ultrapasse a identificação desta como “ideologia”. É importante explicar que sabemos que a *Paulistanidade* não é indicada pela historiografia (ou por aqueles que nomeiam tal expressão) como um “conceito”. Na verdade, nós optamos por incorporar o termo como tal, em virtude de sua importância para as hipóteses deste trabalho. Decidimos sugerir que, para este trabalho, é possível encontrar uma definição mais ampla, considerando que a ideia da *Paulistanidade* fica assim mais afirmada, sem a necessidade de tratá-la como “simples ideologia” – nossa opção adveio, inclusive, do descontentamento com essa última asserção. Assumindo os devidos riscos, compreendemos que um conjunto de ideias sobre São Paulo foi construído historicamente, estabelecendo significações que, por sua vez, apontavam para um conjunto de representações sociais. Então, para este trabalho, conforme sugerido, partimos do pressuposto de que é possível indicar “ares conceituais” à *Paulistanidade*, na medida em que se pode identificar características que, ao mesmo tempo, singularizam o termo (estabelecendo uma imagem de São Paulo) e o universalizam (pretendendo construir uma imagem do Brasil em consonância com o restante do mundo). Essas características encontram-se presentes na obra de Monteiro Lobato, ainda que esse termo não seja utilizado pelo autor de forma direta.

A idéia de *Paulistanidade* está relacionada à necessidade de modernização nacional através de transformações no campo político brasileiro que possibilitassem o progresso econômico do país tendo como referência a “realidade” paulista e as características “modernas” presentes em São Paulo. Para discutirmos essas

questões, apontaremos algumas características do conflito entre os ideários regionalistas e nacionalistas que estiveram presentes nos debates intelectuais nas primeiras décadas do período republicano, dando maior atenção às questões discutidas ao longo da década de 1920. Ligando nosso objeto a esse contexto, indicaremos algumas características que constituem a ideia de *Paulistanidade* e como esse tema foi abordado na historiografia clássica sobre o regionalismo paulista.

Monteiro Lobato e o Regionalismo

Assim como para São Paulo, no final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, outras regiões do país estiveram envoltas na busca pela afirmação de suas características. Isso pode ser verificado na literatura, campo em que essas disputas se afirmaram. Segundo Antônio Cândido (CÂNDIDO, 1975: 299), a relação entre norte e sul é um indício desse conflito. Desde a década de 1870, a literatura nordestina caracterizou-se por um princípio de independência que visava afirmar os anseios, as aspirações e os interesses de seus intelectuais. Um princípio de independência e de patriotismo regional que buscava forjar uma literatura “realmente brasileira”. A adoção de temas, enredos e ambientes característicos de cada região do país caracterizaram uma literatura regionalista, o que revelava também o anseio político de seus produtores em afirmar tais caracteres como símbolos da nacionalidade brasileira.

Nesse contexto, se intensificam os debates relativos à formação de uma identidade nacional fundamentados em caracteres culturais e políticos. Na historiografia, a questão da definição de identidades tem sido um objeto muito discutido por pesquisadores nos últimos anos. Dentro de um leque bastante

amplo de pesquisas sobre o fenômeno das identidades culturais, há o enfoque que aponta as controvérsias da relação entre a formação de uma identidade nacional e as diversas identidades regionais que caracterizam os vários “rincões” do país.

De imediato, é preciso indicar que esse conflito emerge porque a “identidade nacional” é constructo que pretende apagar a diversidade. Se toda a identidade pode pressupor a existência de um “constructo”, no sentido do apagamento das tensões internas, a ideia de “identidade nacional” foi a mais bem sucedida estratégia dessa apropriação da identidade não como a expressão da diferença, mas como a “representação do mesmo” que deve prevalecer com fins a determinar uma “comunidade nacional”. Esse conflito entre as identidades regionais e a identidade nacional passa tanto pelos projetos de nacionalização de identidades com características específicas de determinadas regiões do país, quanto pela busca de conteúdos comuns às várias frações da nacionalidade, capazes de representar todos esses rincões sem que qualquer um deles seja “deliberadamente” privilegiado. Daí a fixação da identidade nacional em características como a miscigenação ou mesmo o reconhecimento da diversidade como característica típica do povo brasileiro. Interessante, no entanto, é que a estratégia de uniformização, demarcada na busca por uma identidade nacional e o conflito entre as várias regiões do país, acaba por afirmar e reforçar as diferenças regionais, tanto no campo cultural quanto nos campos político e econômico, que passam a ocupar lugar de destaque nesse debate.

Sobre esse aspecto é importante destacar relação entre as esferas

regional e nacional no início do século XX e sua associação com a atividade intelectual. Um dos resultados dessa relação pode ser identificado em um tipo específico de regionalismo presente no estado de São Paulo e denominado – tanto por seus promotores quanto pelos estudiosos do tema – como *Paulistanidade*. Essa ideia se desenvolveu já a partir do século XIX, mas a presença de seus conteúdos nos debates intelectuais ganhou impulso a partir da primeiras décadas do século XX, sobretudo durante a década de 1920. É nesse período que encontra-se localizado nosso objeto de análise: o livro *Mr. Slang e o Brasil*, de Monteiro Lobato, editado originalmente em 1927, reunindo textos do autor publicados n’*O Jornal*, do Rio de Janeiro, ao longo de 1926. Estes textos são representativos da forma como se deu a atuação de uma elite intelectual paulista na difusão das idéias relacionadas à *Paulistanidade* em um período marcado por grandes transformações no ambiente político e intelectual brasileiro.

A década de 1920 foi um período de grande efervescência em várias esferas da vida nacional. Estudos recentes têm ressaltado a importância desse período sob um ponto de vista que não o reduza apenas à condição de antecedência dos acontecimentos da Revolução de 1930 e do período Vargas (SANDES, 2003). Seguindo essa perspectiva, Marieta Ferreira e Surama Pinto (2006: 01) apontam a influência dos acontecimentos do ano de 1922 para a configuração da conjuntura que caracterizaria essa década. Em nossa análise, essas influências podem ser discutidas sob dois pontos de vista associados: 1) por meio da leitura das transformações provocadas na sociedade brasileira em vários âmbitos, contribuindo para o fervor que se verificou durante toda a década; 2) pela

influência que esses acontecimentos tiveram para as elites estaduais, especificamente, sobre o ambiente no qual Lobato circula – o campo intelectual e editorial paulista. As transformações ocorridas ao longo da década de 1920 contribuíram para a somatória de elementos que formaram a visão de Lobato sobre a República ao final de 1926.

Outro aspecto importante é o fato de no início da década de 1920, Monteiro Lobato ter passado de uma condição de domínio do campo intelectual paulista e, em grande medida, brasileiro, dado o alcance de suas ações como escritor e editor (LUCA, 1999: 23), para uma condição marginal nesse campo intelectual. Isso pode ser percebido também na condição de “estrangeiro” que o escritor paulista viveu a partir de 1925, quando, após a falência de sua editora, mudou-se de São Paulo para o Rio de Janeiro. Apesar de ainda gozar de seu prestígio como escritor e editor, Lobato encontrou-se assim afastado de seu reduto intelectual. Dessa forma, a defesa das idéias de valorização do estado de São Paulo como símbolo de modernidade e exemplo para o Brasil servem também para manter a proximidade do autor com o grupo político dominante no estado paulista. Este aspecto também pode ser percebido ao longo dos textos de *Mr. Slang e o Brasil* nos comentários elogiosos ao presidente Washington Luís, apontado como símbolo do Homem paulista por ser possuidor de um grande “valor moral”, diferenciando-se assim dos homens que dominaram a política nacional ao longo da Primeira República. As crises vividas pelo país entre os governos de Nilo Peçanha (1909) e Artur Bernardes (1926) caracterizam o que Monteiro Lobato chama de “período ciclônico” que só teria fim com a chegada de

Washington Luís à presidência, restabelecendo a moralidade republicana e instaurando um novo período da História da República no Brasil (LOBATO, 1959: 37).

A mudança indicada pela trajetória biográfica de Monteiro Lobato pode ser vista também como um elemento que possibilitou maior contato com as questões políticas em um âmbito mais abrangente. Nesse sentido, Lobato teria condições de travar suas polêmicas para além das discussões internas do estado de São Paulo, mas sem deixar que os temas ligados à política paulista perdessem a condição de relevância em suas discussões. Lobato encontrava-se no Rio de Janeiro no momento de mudança no comando político nacional, quando, por meio da eleição de Washington Luís para a presidência da República em 1926, São Paulo retomava o controle sobre o governo central. É nesse cenário que Monteiro Lobato vai conduzir suas ações, uma vez que se verificava, de forma geral, uma forte ligação entre as ideias que defendia, o direcionamento político adotado pela oligarquia cafeeira do estado de São Paulo e as posições dos demais membros da intelectualidade paulista.

Acompanhando o desenvolvimento econômico alcançado por São Paulo a partir da década de 1910, a elite intelectual paulista, emersa dos grupos ligados à oligarquia cafeeira (MICELI, 2001: 22), tomou para si a missão de afirmar simbolicamente a imagem de São Paulo como o novo centro político, econômico e cultural do país e a região a partir de onde se deveria forjar uma identidade nacional. O componente principal desse trabalho foi a afirmação de características da nacionalidade brasileira a partir de um ponto de vista que privilegiasse os anseios das elites

paulistas. Pensava-se o Brasil como um todo, apontando a necessidade de transformação da realidade nacional por meio da modernização em diversos âmbitos. Para esse processo de mudanças, a situação de São Paulo era tomada como parâmetro.

Como indicado por Tânia de Luca (1999: 18), Octavio Ianni aponta em sua obra três momentos em que o Brasil foi pensado de modo particularmente abrangente: a Independência, os processos que levaram à Abolição dos escravos e à Proclamação da República e a Revolução de 1930. A própria Tânia de Luca amplia essa análise acrescentando outros três momentos: a década de 1920 e os períodos de 1954, no contexto da morte de Getúlio Vargas, e 1964, com a chegada dos militares ao poder. Nesses momentos, a intelectualidade outorgou-se a capacidade de explicar a realidade nacional e propor projetos que recolocassem o Brasil nos trilhos. É seguindo essa perspectiva intelectual que o pensamento lobatiano vai se desenvolver. Essa é uma característica já presente na obra de Lobato durante os anos 1910 e pode também ser percebida durante a década de 1920 através dos textos de *Mr. Slang e o Brasil*. Mais do que apenas apontar os problemas nacionais, Lobato vai apontar soluções. Mais do que a simples reflexão, era necessária também a ação em prol da transformação social (ZILBERMAN *et al*, 1983: 77). Segundo Tânia de Luca, os intelectuais sempre se consideraram dotados de “especial aptidão para dar conta do real”. A partir desse papel assumido pelos intelectuais, cabe esclarecer, segundo Luca (2004: 30), não só os valores presentes em suas apropriações simbólicas como também ressaltar os grupos e interesses aos quais eles se vincularam. Em São Paulo a elite intelectual esteve ligada às oligarquias

cafeiras¹. Essa ligação pode ser percebida a partir da análise dos momentos de crise do poder oligárquico durante as décadas de 1910 e 1920, quando o trabalho intelectual levou a cabo a legitimação de pretensões hegemônicas de diferentes grupos políticos² (LUCA, 1999: 27).

Monteiro Lobato era neto de um cafeicultor da região do vale do rio Paraíba de quem herdara a fazenda do Buquira, onde tentou estabelecer uma administração e uma produção agrícola voltada para a utilização de técnicas mais modernas. Contudo, suas ações nesse ramo não demonstraram grande sucesso. A decadência da produção cafeeira nessa região e as dificuldades financeiras o levaram a se dedicar exclusivamente ao trabalho intelectual a partir de meados da década de 1910. O dispositivo familiar teve sua importância superada pelas ações do autor no campo literário e editorial. Suas relações no jornal *O Estado de São Paulo* e, posteriormente, no comando da *Revista do Brasil* o aproximaram dessa elite cafeeira a partir desse período (LUCA, 1999: 45). A partir dessa aproximação, a atividade intelectual de Lobato pode ser associada à ideia de polígrafo (MICELI, 2001: 98). O trabalho desses intelectuais voltava-se para uma diversificação devido à busca por novos postos de ocupação no Estado e nas instituições privadas. Uma parte desses intelectuais visava atender aos

interesses da classe política que se encontrava no controle do Estado³.

Apesar da perceptível independência de Lobato em suas ações, há uma relação de proximidade com os grupos que demonstraram deter o controle político em São Paulo entre o final da década de 1910 e a década de 1920. Isso pode ser percebido nos apontamentos de Tânia de Luca sobre as relações de Lobato no jornal *O Estado de São Paulo* e no controle da *Revista do Brasil* a partir de 1917. Nesse período, Lobato afirmou-se no campo editorial. Seu trabalho como editor e suas ações inovadoras na administração dos negócios resultaram na ampliação de seu sucesso como escritor para além das fronteiras do estado de São Paulo. Assim, sobre dois aspectos sua obra encontrou-se envolta na relação entre nacionalismo e regionalismo. Como indica Wilson Martins (1978: 147), essa relação em muito se deveu à sua extraordinária divulgação com o sucesso do personagem Jeca Tatu, resultando em uma nacionalização de sua obra literária. Ao mesmo tempo, os conteúdos ligados ao regionalismo paulista que estavam presentes em sua escrita alcançaram *status* de identificação nacional. As discussões que estavam ligadas a uma realidade característica de São Paulo passaram a ser percebidas como identificadoras do país como um todo.

¹ Adotamos essa terminologia no plural considerando que em São Paulo existiam grupos oligárquicos concorrentes na luta pelo poder e pelo domínio dos negócios do Estado. Fato que pode ser verificado na cisão do Partido Republicano Paulista (PRP), que deu origem ao Partido Democrático (PD), em 1926.

² No livro *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação* (1999), Tânia de Luca aponta como essas ações se evidenciaram na conduta do grupo que comandava o jornal *O Estado de São Paulo*, nesse período.

³ Em seu livro *Intelectualidade a Brasileira* (2001), Sérgio Miceli aponta os diferentes posicionamentos dos intelectuais, com destaque para os grupos modernistas, no campo político ideológico. Enquanto aqueles ligados ao PRP beneficiam os grupos dirigentes com uma ideologia nacionalista, os simpatizantes do Partido Democrático se empenhavam em não deixar que seu posicionamento político-ideológico influenciasse sua obra – o que, nem de longe, significa que conseguiram se abster da influência.

Nesse sentido, a obra lobatiana exemplifica o embate que movimentava as várias regiões do país. A necessidade de afirmação das características identificadoras da nação brasileira após o término do período imperial revelou-se pelo conflito entre as diferentes regiões que buscavam afirmar seus temas mais particulares como reveladores da “essência” da nacionalidade. Nesse contexto, assim como pode ser percebido na obra de Monteiro Lobato, os intelectuais paulistas buscaram a afirmação de seu ponto de vista, definindo a nação como uma criação de São Paulo (SANDES, 2003: 90). Partindo desse pressuposto, de que há um objetivo na articulação entre o regionalismo paulista e a identidade nacional, apontamos a importância do conceito de *Paulistanidade*. A busca do debate conceitual em torno desse tema torna possível o desvendamento do empenho dos intelectuais que, como Monteiro Lobato, encontraram-se de diversas formas ligados aos interesses dos grupos dominantes da oligarquia paulista e cuja produção intelectual caracterizou-se pela busca da afirmação da posição central do estado de São Paulo em relação às outras regiões do país. Sobre essa perspectiva, a obra de Monteiro Lobato aponta para a *Paulistanidade* como um meio de integração entre as esferas regional e

nacional ressaltando a relação indissociável entre essas duas idéias.

Referências

- CÂNDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Volume II. 3ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos Anos Vinte e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em <http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6833/1593.pdf?sequence=1>. Acessado em 16 de março de 2007.
- LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.
- LUCA, Tânia Regina de. *Monteiro Lobato: estratégias de poder e autor representação n'A barca de Gleyre*. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 139 – 162.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira: 1915 - 1933*. Volume VI. São Paulo: Cultrix, 1978.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SANDES, Noé Freire. *A Invenção da Nação: entre a Monarquia e a República*. Goiânia: UFG, 2003.
- ZILBERMAN, Regina (org). *Atualidade de Monteiro Lobato: uma revisão crítica*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.